



Visita feita ao Ministro Arízio de Viana, diretor-geral do DASP, pelo encarregado dos Negócios de Israel no Brasil, Dr. M. Shneerson (1954).

Capacidades estatais, empresários e desenvolvimento no Brasil: uma reflexão sobre a agenda pós-neoliberal

Renato R. Boschi

A discussão sobre a retomada do crescimento e as alternativas de desenvolvimento no Brasil no cenário pós-reformas dos anos 1990 tem transitado entre dois extremos: de um lado, uma hiper-valorização dos preceitos de mercado que levaram à estabilização, combinados a uma perspectiva de integração do País no contexto da globalização financeira e, por outro lado, uma perspectiva de natureza mais endógena que preconizaria uma ruptura com as políticas neoliberais através da busca de soluções fundadas na força do intervencionismo e do controle estatais. No debate público, observa-se um embate entre a perspectiva favorável ao mercado, comumente associada à eficiência e ao bom desempenho, portadora de um discurso bastante convincente quanto à manutenção rígida de certos preceitos, sobretudo na esfera da estabilidade monetária, de um lado, e o retorno de uma tradição desenvolvimentista fundada na necessidade de recuperação de capacidades estatais, porém geralmente identificada,

na visão hegemônica, com arcaísmo, nacionalismo inconseqüente, protecionismo e atraso, de outro. Dessa forma, de um lado prevalece uma naturalização da perspectiva ortodoxa quanto aos benefícios de coordenação pela via do mercado e a insistência na tese de que os poucos resultados em matéria de crescimento se deveriam ao fato de que as reformas não avançaram suficientemente. De outro lado se contrapõe um discurso que ainda não teria se imposto eficazmente, visto que tem sofrido críticas, mormente por parte dos setores conservadores, sobre a necessidade de recuperação de capacidades estatais como fator de desenvolvimento.

Tudo indica, porém, que as saídas para o desenvolvimento não se situam no aprofundamento do modelo ortodoxo, fazendo “tábula rasa” das capacidades estatais acumuladas ao longo da trajetória pregressa do estatal desenvolvimentismo e mantendo quase intocáveis os fundamentos da estabilidade com a integração cada vez mais intensa do País nos circuitos financeiros globalizados. Tampouco parece razoável uma postura de rejeição radical dos elementos apontados como fatores de estabilidade, apostando na ruptura como a única possibilidade de se avançar na direção de retomada do desenvolvimento. Hoje em dia, o quadro encontra-se bastante matizado, seja porque os mercados financeiros internacionalizados operam com relativa autonomia e impõem um conjunto de limites à atuação dos estados nacionais no seu conjunto, seja porque a percepção sobre os efeitos nefastos da operação de mercados auto-regulados do ponto de vista social já teria sido incorporada como dimensão importante pelos próprios críticos internos da globalização.

Parece claro, assim, que os caminhos que se delineiam para a retomada do

crescimento se situariam na definição de um modelo de desenvolvimento que combinaria elementos dessas duas perspectivas polares, recuperando o papel protagonista do Estado que remonta ao período desenvolvimentista, mas, ao mesmo tempo, incorporando elementos do modelo instaurado pelo processo das reformas de mercado. O resultado seria uma síntese institucional que se expressaria em uma modalidade de desenvolvimento que vem sendo cunhada de “novo desenvolvimentismo” no debate doméstico (BRESSER-PEREIRA, 2005; 2006) e que teria sua contrapartida externa na preocupação da Cepal (MACHINEA; SERRA, 2007) com a retomada da tradição estruturalista, adaptada e redefinida aos novos tempos. Neste sentido, tal como se expressa na agenda pública, o debate doméstico, salvo algumas exceções, estaria defasado da perspectiva que se delineia no âmbito internacional, seja em termos da revisão que já se faz no campo hegemônico sobre o papel do Estado, seja, certamente, em termos da produção acadêmica em um viés “estatista” (LANGE; RUESCHEMEYER, 2005).

Por sua vez, a dimensão social, relegada a segundo plano durante quase todo o período do desenvolvimentismo, aparece agora fortemente como prioridade no cenário pós-neoliberal, retomando o veio apontado pela proposta da Cepal nos anos 1980 de crescimento com equidade. No que se refere a esse aspecto, novamente pode-se dizer que o debate atual no cenário doméstico encontra-se defasado, posto que agrupa tanto os setores conservadores quanto os segmentos da esquerda radical, em uma crítica bastante veemente às políticas focalizadas de combate à pobreza e à desigualdade e que estão sendo implementadas em diversos países da América Latina, além do Brasil. A ênfase

nessas orientações de política por governos progressistas pode ser interpretada como resposta aos poucos resultados das reformas de mercado na direção da incorporação social e deve ser entendida hoje como dimensão central do processo de desenvolvimento, pelo fato de que essas políticas significam a incorporação de amplos segmentos ao mercado, favorecendo, assim, uma dinâmica de crescimento. As discussões contemporâneas,

visão pró-intervenção estatal, a importância das políticas de estabilização como fator positivo na geração de renda e no crescimento.

No que concerne ao papel do Estado, o debate no cenário da globalização pós-reformas de mercado tende a contrapor o possível enfraquecimento das instituições estatais e sua suplantação por instituições supra-estatais à definição de nova modalidade de intervencionismo como consequência e

“Cumprir destacar que, na linha das variedades de capitalismo a política social é apontada como central ao desenvolvimento”.



Auditorio do Ministério da Educação e Saúde (1951).

seguindo a tradição dos estudos sobre o Estado de bem-estar que apontavam a importância de a política atuar contra os mercados, surgiram de análises que procuravam explicar o desempenho econômico de países que trilham a via da política social como fator de desenvolvimento. Dessa forma, insistir na futilidade dos intentos de política social seria tão inadequado quanto negar, em nome de uma

solução, respectivamente. Dessa forma, uma vertente da literatura tem tratado de mostrar a importância do Estado no sentido de contrabalançar a atuação dos mecanismos de mercado e operar como alavanca do desenvolvimento. Na trilha dos estudos sobre o Estado desenvolvimentista, a sinergia Estado/setor privado é destacada como central na implementação de estratégias de desenvolvimento,

tendo em vista o papel positivo de um aparato burocrático de moldes weberianos, de um lado, e, de outro, funcionando em articulação com os grupos empresariais organizados do setor privado. Esse tipo de arranjo, embora não possa ser singularizado como fator determinante em todos os casos, aparece como fundamental na literatura, seja visualizando pelo prisma do Estado em termos das características da burocracia, seja focalizando os padrões de organização do empresariado (EVANS, 1992/1995. SCHNEIDER, 2004/2004a).

Nosso objetivo no presente trabalho é situar o debate contemporâneo em torno do desenvolvimento em contraponto com as discussões teóricas que antecederam e informaram a implantação de um discurso hegemônico favorável ao mercado e sua posterior retomada em uma direção mais favorável ao papel do Estado no processo. Em função de alguns aspectos apontados na literatura contemporânea sobre o tema, procuraremos avaliar alguns esforços recentes no caso do Brasil em particular, tratando de salientar a atuação de elementos de trajetória que, combinados a políticas em curso, poderiam definir uma perspectiva positiva na direção do desenvolvimento. Trataremos de examinar, para o caso do Brasil, dimensões da dependência de trajetória presentes no padrão de organização dos setores empresariais, bem como alguns dos fatores institucionais que, combinados aos esforços de política industrial, poderiam se apresentar como favoráveis à definição de um modelo de desenvolvimento, no qual estaria também presente a prioridade conferida às políticas de incorporação social. Concluiremos com uma breve reflexão concernente à possibilidade de tradução do discurso favorável ao desenvolvimento em termos de síntese capaz de superar polaridades, de resto

aparentemente resolvidas no campo hegemônico, tendo como pano de fundo o cenário latino-americano.

Visões em confronto: Estado mínimo e intervenção estatal na explicação do desenvolvimento

Se é certo que a intervenção do Estado sobre mercados nem sempre redundava em conseqüências positivas do ponto de vista do desenvolvimento, é ainda mais patente a impossibilidade de se pensar esse último sem se levar em conta a intervenção positiva de Estados¹. Considerar a centralidade do Estado em uma série de processos contemporâneos implica na especificação de capacidades estatais como conjunto de dimensões que variam temporal e contextualmente. Variações no conteúdo e ênfase substantiva das análises e abordagens recentes da ciência política quanto ao papel do Estado no desenvolvimento sugerem a percepção da importância de tal tarefa, embora marcada pelo embate entre campos opostos.

Tendo como ponto de partida a crise do Estado intervencionista nos anos 1970, após sua expansão no período conhecido como a “era dourada”, que teve início ao final da Segunda Guerra, pode-se constatar como a trajetória que teria levado à predominância de visões calcadas na noção de “estado mínimo” veio a informar todo o processo de reformas institucionais levadas a cabo nos países avançados e nos países em desenvolvimento. Essa visão constituiu-se a partir de um diálogo com a perspectiva do estado interventor preconizada nas abordagens de cunho keynesiano na economia e foi marcada pela ênfase no estado de direito, a garantia dos direitos de propriedade e pela preocupação com o controle da apropriação indevida de

rendas (*rent seeking*). Para além disso, quaisquer outros aspectos da intervenção estatal, vistos como positivos na perspectiva oposta, eram rejeitados ou considerados indesejáveis, sobretudo no que se refere a formas de protecionismo comercial (mais no discurso do que na prática) e políticas industriais. Por sua vez, o veio keynesiano na economia se traduziu na ciência política em termos de abordagens centradas na consideração do Estado como unidade de análise e na valorização do seu papel enquanto ator.

Para se entender a dinâmica de funcionamento do Estado, é necessário qualificar a atuação de grupos de interesse do capital e do trabalho, de outros atores coletivos dentro e fora do aparato estatal, como parte do processo de definição das metas e dos meios para se atingir o objetivo básico do crescimento econômico. É preciso ter em conta, também, que os instrumentos para a consecução das metas de crescimento são variados e que a escolha de determinado conjunto de instrumentos implica a mobilização de apoio social, a formação de coalizões de suporte, a difusão de valores favoráveis às diferentes opções, a organização da ação coletiva em diferentes formatos institucionais (partidos, associações, sindicatos), tudo isso com implicações quanto aos recortes e aos limites que se estabelecem entre o público e o privado e, portanto, com consequências acerca do tamanho e da natureza do Estado daí resultante.

O início das reformas institucionais de primeira geração ensejou a emergência de análises na perspectiva que passou a ser conhecida como neo-institucionalista. Estudos nessa abordagem, que floresceram estimulados pela onda de reformas, ressaltam a importância das instituições, definidas de maneira restrita, enquanto

regras formais que moldam o comportamento dos atores e, de maneira mais ampla, como conjunto de procedimentos formais e informais, historicamente construídos, para o desempenho econômico e eficiência das políticas. No quadro de avaliação das reformas de primeira geração, tem início a difusão da perspectiva da reforma do Estado na linha da *New Public Management*. Além da preocupação com o equilíbrio fiscal, essa perspectiva inclui também a noção do público não-estatal e a governança, com grande atuação das agências multilaterais estabelecendo condicionalidades e supervisando a sua implementação. Após cerca de uma década desde a adoção das primeiras reformas orientadas ao mercado, com tempos distintos nos diferentes países que as implementaram, uma avaliação preliminar indicava os parcos resultados das políticas levadas a cabo, tanto do ponto de vista do crescimento econômico, quanto principalmente do ponto de vista social.

A segunda leva de reformas enfatiza ainda mais a necessidade de se completar o quadro anterior de reformas com base no fortalecimento das instituições. É nesse contexto que surge a idéia da reforma do Estado na linha da “Nova Gestão Pública”, idealizada pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, ainda como um antídoto à possibilidade de perspectiva intervencionista como solução. Dessa forma, ao lado de propostas da escola da escolha pública (WILLIAMSON, 1985) que viam a necessidade do Estado se concentrar nas tarefas em que se desempenhavam bem, abandonando outras, surge a perspectiva do “gerencialismo”, cujo pressuposto fundamental é o de que o setor público deveria se pautar pelo mesmo tipo de visão administrativa que impera em setores privados bem sucedidos. Além de

mínimo, o Estado deve ser também eficiente. As boas práticas de governança, segundo o Banco Mundial, consistiriam na criação de regime regulatório capaz de promover a competição em termos de atuação conjunta com mercados, a geração de ambiente macro-econômico estável para a ação dos mercados, a eliminação da corrupção e a garantia dos direitos de propriedade. Todo esse conjunto de medidas pode ser resumido em termos da percepção do Estado enquanto funcional, isto é, voltado ao objetivo de servir à geração de um mercado eficiente.

As análises mais afinadas com uma perspectiva intervencionista no veio do desenvolvimento capitalista afirmavam as tendências à disparidade de resultados e diferenciação dos processos de reforma em diferentes áreas do sistema internacional. A natureza e a qualidade do intervencionismo estatal aparece, assim, como uma das dimensões centrais na discussão contemporânea sobre as possibilidades de desenvolvimento no cenário da globalização. Contrastando com as abordagens que preconizam a primazia da regulação pelo mercado e a adoção de políticas neoliberais como o único caminho possível para viabilizar competitivamente distintas economias nacionais no contexto globalizado. Tais perspectivas – como a escola das “variedades de capitalismo” e a “teoria da regulação” – enfatizam a existência de formas alternativas de economias de mercado coordenadas e outras modalidades de regulação. A noção de vantagens institucionais comparativas constitui o cerne das argumentações na linha das variedades de capitalismo. Como sugerem tais estudos, as vantagens comparativas institucionais asseguram modalidades de coordenação econômica que, por um lado ressaltam o papel estratégico do Estado e, por outro,

das articulações deste com o setor privado para a adoção de políticas de desenvolvimento (HALL; SOSKICE, 2001; BOYER, 2005).

Cumprir destacar que, na linha das variedades de capitalismo a política social é apontada como central ao desenvolvimento. O livro de Huber (2002), entre outros, re-introduz a dimensão social como o cerne das políticas de desenvolvimento. Segundo essa autora, políticas sociais e políticas de crescimento econômico se reforçam mutuamente e somente por meio de políticas econômicas que contemplem o aspecto social poderá a América Latina instaurar um novo ciclo de desenvolvimento.

O que se pode concluir a partir do cotejamento das diferentes perspectivas analíticas sobre as reformas e o papel do Estado é que, a despeito da adoção de um conjunto de reformas segundo um receituário bastante semelhante, não teria ocorrido convergência quanto aos resultados entre diferentes países do capitalismo avançado, menos ainda entre esses e os países em desenvolvimento da periferia, tampouco entre os que compõem esse segundo grupo. O que se observou foi, antes, a redefinição do intervencionismo estatal, levando a diferentes modalidades de capitalismo e assim também a diferentes estados, pautados, sobretudo, por diferentes formas de articulação entre os planos do político e do econômico².

Fatores institucionais, capacidades estatais e características da organização empresarial no Brasil: desenvolvimento com liberalismo macroeconômico?

Dois fatores no caso brasileiro sugerem forte dependência de trajetória em termos da recuperação de capacidades

estatais para o desenvolvimento: de um lado, a infra-estrutura de suporte e fomento montada durante o período desenvolvimentista dos anos 1950 em diante que, não somente acumulou experiência, mas se manteve a despeito do desmonte do Estado promovido durante os anos 1990. A reforma do Estado preservou certos núcleos de excelência técnica e burocrática e foram mantidas instituições de fomento como o Banco Nacional do Desenvolvi-

corporativos caracterizados por intensa interlocução com o Estado e assim também se adaptou de maneira eficiente no novo regime produtivo.

No Brasil como se sabe, as reformas setoriais ocorreram muito tardiamente em relação aos outros países da América Latina e também avançaram menos, dando espaço a um maior aprofundamento do modelo desenvolvimentista. O processo de privatização, bem como o de outras

“Estudo recente sugere que a internacionalização das empresas brasileiras está focalizada na inovação tecnológica, indicando mudança estrutural em curso no regime produtivo brasileiro”.



Capa da RSP publicada pelo DASP, em 1973.

mento Econômico e Social (BNDES) que, no porte e na natureza de suas atividades, não tem paralelo em nenhum outro país na América Latina. Preservou-se, assim, um protagonismo que se fizera presente durante a fase desenvolvimentista. De outro lado, o padrão de organização das associações empresariais, conquanto fragmentado e diversificado, teve como esteio a experiência acumulada em moldes

reformas posteriormente, sofreu oposição de setores organizados que conseguiram, senão bloquear, pelo menos atenuar o seu alcance. Os setores empresariais, caracterizados por forte pragmatismo e organizados em associações corporativas e uma teia de outras entidades à sua margem, foram em geral receptivos às reformas, muito embora a abertura tivesse impactado diferencialmente distintos segmentos da

indústria (DINIZ; BOSCHI, 2004). As reformas ocorreram quase simultaneamente ao processo de redemocratização com eleições diretas para a presidência e, conquanto tivessem envolvido surpresas, ocorreram sem o recurso ao chamado *switch*, como foi o caso da Argentina (STOKES, 2001).

É assim que, em um quadro de rápidas e drásticas mudanças institucionais impulsionadas pelas reformas orientadas ao mercado, porém combinadas com forte legado do período desenvolvimentista, o resultado foi um híbrido caracterizado por mecanismos de mercado e coordenação estatal. É necessário enfatizar que não se teria ainda consolidado uma nova matriz institucional capaz de sintetizar as trajetórias progressas, as mudanças introduzidas ao longo dos anos 1990 e as de cunho estratégico, isto é, almejando vantagens institucionais para uma atuação no futuro (DINIZ; BOSCHI, 2004). A redefinição do papel estratégico do Estado, envolvendo novas modalidades de intervencionismo se delineia, em grande parte, nessa fusão institucional que se expressa na manutenção de partes do aparato institucional do período desenvolvimentista, na sua adaptação às mudanças introduzidas pelas reformas (sobretudo no campo da regulação, como resultado da abertura comercial financeira e das privatizações) e na criação de novos formatos institucionais capazes de assegurar ou aprimorar a capacidade de coordenação do Estado (sobretudo em termos de suas relações com o setor privado).

A nova agenda ficou também definida por uma preocupação com a retomada do crescimento em um modelo de desenvolvimento no qual as políticas sociais assumem lugar estratégico. A agenda incluiu também, mais fortemente em alguns dos países do que em outros, a manutenção e

o compromisso com a estabilidade, fato que, no contexto altamente competitivo da globalização, limita sobremaneira os graus de liberdade para a implementação de políticas voltadas ao crescimento.

No caso do Brasil, onde tal compromisso apareceu com mais força, conquanto a opção pela estabilidade pudesse implicar limitações, escolhas voltadas ao desenvolvimento não estariam de todo descartadas, principalmente em uma ótica de médio e longo prazo. Um dos pontos centrais que aqui se quer desenvolver é o fato de que a observância de certos parâmetros garantidores da estabilidade econômica, embora possa limitar o âmbito das escolhas no curto prazo, não impede necessariamente atuação seletiva e progressiva voltada ao desenvolvimento, pensado em longo prazo como a criação das bases institucionais.

No que diz respeito à incorporação da estabilidade monetária na nova agenda governamental constatam-se dilemas que, em curto prazo, se traduzem pela dificuldade em compatibilizar estabilização e políticas de crescimento. Persistem condições de vulnerabilidade a crises, o que torna a questão da governabilidade particularmente complexa. Além do problema clássico da formação de maiorias, o governo tem de levar em conta a dimensão dos mercados nos cenários internacional e doméstico, ou seja, a capacidade de ser sensível aos chamados sinais de mercado. Operar no contexto da globalização financeira implica também esforços no sentido de aumentar a autonomia nacional em matéria de política econômica, embora a própria adoção de certas medidas, como o aumento das reservas cambiais, o pagamento de dívidas com agências multilaterais, entre outras, freqüentemente gerem dilemas e controvérsias adicionais. Tendo sido saldada a dívida do Brasil com o FMI,

a discussão continua a girar em torno da correta dosagem dos instrumentos de política monetária entre taxa de juros, câmbio e metas inflacionárias. Neste quadro de severas restrições, torna-se imperativa a adoção de postura pragmática, bem como a implementação de políticas industriais e setoriais³.

O atual governo teve atuação decisiva na direção de conferir destaque ao BNDES, transformado em agência de implementação do programa de privatização na gestão Fernando Henrique Cardoso. Colocando-o como o núcleo de uma rede institucional voltada à coordenação das atividades de desenvolvimento, o governo Lula procurou redefinir o papel do BNDES em termos do significado, porte e diversidade de linhas de atuação. Tal redefinição visava a implementação de uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior (PITCE), a qual inovou em termos de uma série de novas linhas de financiamentos como aqueles voltados ao apoio à pequena e à média empresas e também incrementando o apoio às atividades de exportação. Lado a lado, o governo procurou montar, também, um arcabouço institucional voltado à concertação de um projeto de desenvolvimento envolvendo segmentos da sociedade civil com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), além de outros foros de articulação e interlocução com o empresariado. Esse conjunto de iniciativas, favorecidas, ademais, por certas características no que tange à organização do setor privado no contexto pós-reformas, indica que o governo soube aproveitar, calcado no legado institucional do desenvolvimentismo, as estreitas margens de manobra que delimitavam as escolhas voltadas a um projeto de desenvolvimento de longo prazo.

Quais seriam, em linhas gerais, algumas das características que, no âmbito do setor empresarial privado poderiam favorecer respostas na direção do esforço desenvolvimentista articulado pelo governo? Uma avaliação acerca da capacidade de resposta do empresariado requereria, em primeiro lugar, uma rápida caracterização das mudanças que se operaram no ambiente empresarial com a transição dos anos 1990. Tal transição, caracterizada por grande variedade de formatos institucionais, fruto da combinação de modalidades mais centralizadas de coordenação com coordenação efetivada pelo mercado após as reformas econômicas, implicou uma rápida adaptação das organizações de interesse do empresariado às novas condições de mercado. Além disso, com a redemocratização, o Congresso assume papel de destaque na formulação de legislação pertinente à atividade empresarial e, dessa forma, passa a se tornar o alvo da ação organizada do empresariado, com a atuação de *lobbies*. As organizações empresariais – ancoradas em uma estrutura dual com modalidades compulsórias e voluntárias de ação coletiva que se transformou e se adaptou em sucessivos momentos desde o início da industrialização capitaneada pelo Estado a partir dos anos de 1930 – caracterizam-se, a esta altura, como bastante complexa, combinando segmentação com centralização. Novamente, em um rápido esforço adaptativo, tal estrutura se revelou propícia a desempenhar papel central em termos das atividades de coordenação no novo regime produtivo. Por um lado, orientando-se, mais em longo prazo, por meio de associações profissionalizadas e mais eficientes na busca e troca de informações necessárias ao desempenho em seus respectivos setores. Por outro lado, movendo-se na direção de associações

articulando cadeias produtivas, além da organização com base em setores da produção, mais típicas das fases anteriores da industrialização (DINIZ; BOSCHI, 2004).

Organizações congregando desenvolvimentistas tradicionais, como o Instituto para o Estudo do Desenvolvimento Industrial (IEDI), já há bastante tempo produzem estudos e documentos analisando sistematicamente a situação da indústria, publicam as Cartas IEDI, boletins de acompanhamento da conjuntura industrial na Internet, e estão sistematicamente voltadas ao estabelecimento de parcerias com o governo para o desenvolvimento industrial. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a mais importante entre as entidades regionais da indústria pela primeira vez, recentemente, apresentou competição interna para a eleição de suas lideranças representativas, moveu-se na direção de autonomia relativa em relação ao Estado, mas também na direção do estabelecimento de vínculos. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), a entidade máxima do empresariado industrial no Brasil passou por um processo de expressiva modernização, criou uma coordenação de assuntos legislativos, a Coal, voltada ao acompanhamento dos pleitos de interesse da indústria no Congresso, tem investido em estudos de produtividade e uso de tecnologia e tem cuidado também de relações trabalhistas. Além disso, uma série de associações setoriais e algumas outras organizadas por cadeias produtivas, como a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), por meio de atividades de coordenação, têm se mostrado bastante ativas na defesa de seus interesses. Em suma, há indicações, na esfera associativa do setor privado, de uma adaptação aos novos tempos, sobretudo do ponto de vista da articulação das

firmas no regime produtivo que se instalou após as reformas orientadas ao mercado no Brasil (DINIZ; BOSCHI, 2004).

Há também indícios de competitividade na indústria brasileira baseada em novas visões empresariais. Entre essas, pode-se citar estratégias para a inovação e diferenciação de produtos, mudanças estruturais e organizacionais ao nível das firmas e a busca por atingir padrões internacionais por meio de inovações tecnológicas. Estudo recente sugere que a internacionalização das empresas brasileiras está focalizada na inovação tecnológica, indicando mudança estrutural em curso no regime produtivo brasileiro. O novo ambiente econômico não teria levado a uma especialização regressiva, desta forma apontando para o fato de que a reestruturação industrial brasileira pode aumentar o potencial do país na economia mundial. De acordo com a mesma fonte, firmas que inovam e diferenciam produtos têm melhor performance quando comparadas com as que se especializam em produtos que são padrão e com as que não diferenciam (ARBIX; NEGRI, 2006).

Dessa forma, no âmbito das atividades de desenvolvimento, pode-se apontar a preocupação com a criação de condições institucionais em longo prazo. Observa-se a retomada, no cenário pós-reformas, de uma trajetória específica de desenvolvimento fundada numa modalidade de intervencionismo estatal que inova, mas que tem uma linha de continuidade com o desenvolvimentismo estatal do século XX⁴. Além disso, do ponto de vista do regime produtivo, a transição parece se consolidar em termos de arranjo institucional flexível quanto às relações Estado/setor privado, com novos fóruns de concertação e estrutura

associativa mais moderna, ainda que, em grande parte, calcada nas estruturas corporativas do período desenvolvimentista. Observa-se, em resumo, a geração de competitividade institucional com a criação de um aparato voltado ao desenvolvimento no *front* da política industrial, por um lado, e da política externa, por outro, com o estímulo às exportações e à integração regional no âmbito da América do Sul.

clássico trabalho de Shonfield (1965) que analisa comparativamente o desempenho de países do centro do sistema capitalista. Na perspectiva da ciência política americana, como também focalizamos anteriormente, os estudos tomando por base o Estado foram abandonados em favor de análises enfatizando a modernização e a eventual convergência institucional dos países em desenvolvimento com os países de tradição pluralista e liberal. Enquanto

“Observa-se, em resumo, a geração de competitividade institucional com a criação de um aparato voltado ao desenvolvimento no front da política industrial, por um lado, e da política externa, por outro, com o estímulo às exportações e à integração regional no âmbito da América do Sul”.

Técnica em educação trabalhando na Sala Maria Augusta, na Casa de Ruy Barbosa (1943).



Conclusões

As análises sobre o desenvolvimento em uma perspectiva histórica não foram de fato abandonadas, seguindo uma tradição que, como vimos, remonta ao trabalho de Polanyi (1944), passa por estudos clássicos como o de Gershenkron (1962) sobre o atraso econômico em uma perspectiva histórica e inclui o também

os estudos nessa vertente eram otimistas quanto a essa modalidade de transição, os trabalhos em uma vertente marxista ou no veio histórico desenvolvimentista salientavam os limites às possibilidades de crescimento econômico na periferia, como foi o caso, na América Latina, da tradição estrutural cepalina, das teorias da dependência e também das teorias sobre o sistema mundial que situavam alguns países

da região na categoria de semi-periferia. Os dilemas quanto às alternativas de desenvolvimento apontavam, desde a possibilidade de desvinculação ao sistema mundial, passando por diagnósticos que preconizavam a possibilidade de se explorar brechas no sistema e se desenvolver de maneira associada ao capitalismo central, até as afirmações de total impossibilidade de se implementar políticas de desenvolvimento no contexto do sistema capitalista, cada vez mais interdependente e hegemônico.

As discussões contemporâneas sobre alternativas de desenvolvimento replicam um pouco desse debate, agora adaptado à possibilidade de desenvolvimento no âmbito de um sistema capitalista expandido, ainda mais interdependente e globalizado, com graus expressivos de concentração da riqueza no eixo dos países avançados do Norte, a partir de fluxos de capital que se dão preferencialmente entre os três subsistemas que o compõem: o bloco norte-americano, a comunidade europeia e os países do nordeste e do leste asiático liderados pelo Japão. Que alternativas se colocariam para os países da periferia, para a América Latina em particular, que teria demonstrado, a partir de políticas intervencionistas sob o modelo de protecionismo e industrialização substitutiva, um razoável desempenho em termos de taxas constantes de crescimento, ainda que sem a contrapartida no plano da redução da pobreza e das desigualdades estruturais?

O fato de que os graus de liberdade dos governos no sentido da alocação de investimentos produtivos estejam bastante reduzidos, dada a perda de centralidade do Estado como o agente de acumulação, lado a lado à pressão exercida pelo capital especulativo em vista da liberalização

financeira, podem ser apontados como fatores limitadores, mas não impeditivos de opções intervencionistas de cunho desenvolvimentista. Há que se tomar em conta também o fato de que a instabilidade cíclica que assolou os países latino-americanos ao final do ciclo desenvolvimentista do século XX, a dificuldade de se operar os ajustes estruturais no contexto de estagflação e os pífios resultados sociais das políticas de desenvolvimento contribuíram para a visão acerca da necessidade de medidas mais drásticas, de cunho fiscal, nas políticas de reformas para a região. O caso dos países do Leste Europeu, em vista da derrocada dos regimes comunistas, implicava o estímulo a reformas de mercado que puderam ser implementadas a partir de uma plataforma de desempenho muito mais elevada daqueles países no âmbito social. Os países do Leste Asiático, não somente partiram de um patamar também mais elevado no que diz respeito a resultados sociais, fruto das políticas de reforma agrária implementadas no pós-guerra e de expansão das oportunidades educacionais, como também foram capazes de implementar as reformas de maneira mais controlada, coordenada e sistemática.

Em muitos aspectos, as limitações e os desafios que enfrentam hoje os países da América Latina são bastante semelhantes aos que se colocam para alguns países desenvolvidos, como, por exemplo, é o caso da própria União Europeia: retração e limites ao estado de bem-estar, flexibilização dos direitos do trabalho, moeda forte com câmbio sobrevalorizado, altos superávits primários, altas relações dívida pública/PIB, fuga de empresas e perda de postos de trabalho, tudo isso agravado pelos fluxos migratórios provenientes dos países menos desenvolvidos. A despeito disso, não apenas o desempenho dos países membros é

bastante diferenciado. O próprio processo de integração teria sido o resultado do embate entre perspectiva mais favorável a mecanismos de coordenação pelo mercado no nível supranacional como forma de se isolar o impacto de interferências políticas, *versus* uma outra perspectiva mais favorável à coordenação centralizada como forma de se manter capacidades estatais e ao mesmo tempo se assegurar direitos sociais conquistados no plano nacional. Se no âmbito da UE como um todo o resultado foi uma síntese entre essas posições, no âmbito de países específicos observou-se, não apenas desempenhos muito variados, como também combinações de políticas pautadas por dosagens específicas segundo características dos seus respectivos regimes produtivos. Em outras palavras, existem assimetrias entre países integrantes de um mesmo conjunto e estas são precisamente indicativas de possibilidades diferenciadas no cenário da globalização, configurando “variedades de capitalismo”, formas híbridas que se combinam a trajetórias prévias na criação de capacidades institucionais.

Assim sendo, o ritmo e a forma como foram implementadas as reformas orientadas ao mercado foram muito mais drásticos no caso dos países latino-americanos, a partir de uma crítica feroz ao passado desenvolvimentista, levando assim, à necessidade de ruptura radical com as políticas intervencionistas e protecionistas progressistas. Contudo, tanto a noção de um modelo desenvolvimentista uniforme, quanto a noção da adoção de um modelo neoliberal de cartilha em substituição ao primeiro, nos países latino-americanos, não se sustentam diante de um exame mais detalhado das políticas efetivamente em curso nos países da região. Tal exame revela variações importantes tanto nas políticas de desenvolvimento

progressistas, quanto nas políticas de reforma em função das trajetórias de cada contexto onde o mesmo receituário de reformas foi aplicado, em função da natureza das instituições existentes em cada contexto e em função, finalmente, das respostas dos atores políticos e econômicos ao conjunto de fórmulas preconizadas.

Em qualquer caso, ingressar em uma trajetória de desenvolvimento implica a exploração de possibilidades que não necessariamente envolvem a ruptura radical com caminhos trilhados anteriormente. É assim que se observa na América Latina um sutil e salutar retorno a processos que se poderiam caracterizar como novo desenvolvimento e que se constituem numa dimensão característica dos governos progressistas de anos recentes. No que diz respeito a um traço distintivo da plataforma de tais governos enquanto esquerda – a clara incorporação da dimensão social como prioridade –, na verdade, trata-se de uma retomada, no cenário pós-neoliberal, de uma agenda da Cepal dos anos 1980 de “crescimento com equidade”, agora redefinida. Em comum nas experiências dos distintos países, um maior grau de pragmatismo no sentido de aumentar os respectivos graus de autonomia relativa: desenvolvimento combinado à valorização da estabilidade (controle da inflação), disciplina fiscal, maior independência frente às agências multilaterais e políticas focalizadas de redução da pobreza. O neo-intervencionismo representa, assim, um modelo híbrido de coordenação econômica efetuada de maneira centralizada e a partir do mercado. Nesse sentido, a nova modalidade de intervenção não representa uma volta ao estado produtivo, mas apenas um maior grau de coordenação estatal da esfera econômica, com maior espaço para as

atividades de regulação e controle, com esquemas de intervenção na esfera da produção que não ocupam papel central, senão estratégico. Daí a necessidade de se encaminhar para um novo discurso, menos fundado nas virtudes do livre mercado e mais positivo com relação às possibilidades do intervencionismo estatal.

Notas

¹ Esse dilema é reconhecido na célebre cunhagem de Evans (1995), diferenciando “estados predatórios” de “estados desenvolvimentistas”, por meio da qual se constata que a explicação da natureza positiva da intervenção do estado requer a consideração de capacidades estatais.

² Numa perspectiva histórico-comparada, outros estudos têm salientado a importância de trajetórias e de conjunturas críticas que seriam responsáveis por inflexões em uma direção virtuosa. No contexto de uma discussão que se avoluma crescentemente, a questão do tempo e a mudança institucional têm sido apontadas como fatores que alteram os padrões de desenvolvimento e a geração de capacidades estatais (PIERSON, 2004; MAHONEY, 2000).

³ O governo Lula implementou uma política econômica que, ao contrário do que se salientou tanto à direita quanto à extrema esquerda, apresenta linhas de descontinuidade com a política anterior, embora caracterizada pela manutenção dos mesmos fundamentos. No plano da performance macroeconômica, o compromisso com a estabilidade num contexto com tendência inflacionária ascendente, endividamento externo combinado ao risco de fuga de capitais e máquina estatal desaparelhada implicou a adoção de medidas mais duras, em termos das taxas de juros, política fiscal e cambial. Em longo prazo, a manutenção dos fundamentos da política anterior significam a garantia de previsibilidade e um escudo para crises externas que, em última análise, são fatores positivos no quadro de retomada do desenvolvimento.

⁴ O legado que se expressa na atuação do BNDES enquanto agência de fomento, por outro lado, apresenta forte descontinuidade quando se leva em conta a retomada, no governo do PT, de um papel protagonista, colocado em segundo plano no governo FHC quando da priorização do BNDES enquanto agência de privatização.

Referências bibliográficas

- ACUÑA, Carlos H.; SMITH, William C. *Latin American political economy in the age of neoliberal reform*. New Brunswick/London, North-South Center: University of Miami, 1994.
- ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo F. de; SANTOS, Fabiano. *Governabilidade e representação política na América do Sul*. São Paulo: UNESP/Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- ARBIX, Glauco; NEGRI, João A. de. Uma nova competitividade da indústria e o novo empresariado: uma hipótese de trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, v.19, n.2, abr/jun, 2006.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. J.; BREWER, B. Industrial convergence, globalization and persistence of the north-south divide. *Studies in Comparative International Development*, v.38, n.1, pp. 3-31, 2003.
- BAIR, J.; PETERS, E. D. Global commodity chains and endogenous growth: export dynamism and development in Mexico and Honduras. *World Development*, v.34, n.2, pp. 203-221, 2006.
- BOCKMANN, J.; EYAL, G. Eastern Europe as a laboratory of economic knowledge: the transnational roots of neo-liberalism. *American Journal of Sociology*, v.108, n.2, pp. 208-352, 2002.
- BOSCHI, Renato R. Instituciones políticas, reformas estructurales y ciudadanía: dilemas de la democracia en Brasil. *Política*. Santiago de Chile: Instituto de Asuntos Públicos, v. 42, 2004.
- BOSCHI, Renato R.; LIMA, M. R. S. O Executivo e a construção do Estado no Brasil: do desmonte da Era Vargas ao novo intervencionismo regulatório. In: VIANNA, L. Werneck. *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2002.
- BOYER, R. How and why capitalisms differ. *Economy and Society*, v.34, n.4, pp. 509-557, 2005.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. La reforma del Estado de los años noventa: lógica y mecanismos de control. *Desarrollo Económico – Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, v.38, n. 150, jul/sep, pp. 517-550, 1998.
- _____. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. Brasília: ENAP/Editora 34. 1998a.
- _____. Um novo Estado para a América Latina. *Novos Estudos Cebrap*, n.50, mar., pp. 91-98, 1998b.
- _____. A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*, v. 34, n. 4, pp. 7-26, 2000a.
- _____. Proposta de desenvolvimento para o Brasil. In: Sicsú, João; Paula, Luis Fernando de; Michel, Renaut (Org). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade*. São Paulo: Manole, 2005.
- _____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. In: Seade. *São Paulo em Perspectiva*, jan/mar, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. G. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. G. (Org). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

- BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, Peter (Org). *Reforma do Estado e Administração Pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BRITTAN, S. *Economic consequences of democracy*. London: Wildwood House, 1977.
- BUCHANAN, James; TULLOCK, Gordon. *The calculus of consent*. Ann Arbor : The University of Michigan Press, 1962.
- CAMPBELL, J. L; PEDERSEN, O. K. *The rise of neoliberalism and institutional analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell Publishers, p. 1-27, 1996.
- CHANG, Ha-Joon. *Globalization, economic development and the role of the State*. London: Zed Books, 2003.
- _____. *Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective*. London: Anthem Press, 2002.
- COSTA, Wanda Maria Ribeiro. Os Conselhos do CDES: experimento sem conclusão. *Insight Inteligência*, n. 32, mar., 2006.
- DAVERIO, A.; MIDAGLIA, C. Itinerario institucional de las reformas de Estado: el caso de las políticas sociales. In: *Uruguay: la reforma del Estado y las políticas publicas en la democracia restaurada (1985-2000)*. Montevideu: Ed. de la Banda Oriental, Instituto de Ciencia Política, 2002.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- _____. A reforma administrativa no Brasil dos anos 90: projeto e processo. Trabalho apresentado no seminário *The Political Economy of Administrative Reforms in Developing Countries*. CIDE, México, 1998.
- DONER, Richard F.; SCHNEIDER, Ben R. Business associations and economic development: why some associations contribute more than others. *Business and politics*, v.2, n.3, 2000.
- ELKINS, David. *Beyond sovereignty: territorial and political economy in the XXIst century*. Toronto: The University of Toronto Press, 1995.
- ESPING-ANDERSEN, G. *Politics against markets: the social democratic road to power*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- _____. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- EVANS, P. The State as problem and solution: predation, embedded autonomy, and structural change. In: HAGGARD, S.; KAUFMAN, R. (eds.). *The politics of economic adjustment: international constraints, distributive conflicts and the State*. Princeton: NJ, Princeton University Press, pp. 139-81, 1992.
- _____. *Embedded autonomy, States e industrial transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- _____. The eclipse of the State? Reflections on stateness in an Era of Globalization. *World Politics*, v. 50, n.1, pp. 62-87, 1997.

- _____. Harnessing the State: rebalancing strategies for monitoring and motivation. In: LANGE, M.; RUESCHEMEYER, D. (eds.). *States and development: historical antecedents of stagnation and advance*. Palgrave: MacMillan, 2005.
- FLIGSTEIN, Neil. *The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first century capitalist societies*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- FOURCADE-GOURINCHAS, M.; BABB, S. The rebirth of the liberal creed: neoliberal transitions in England, France, Mexico and Chile. *American Journal of Sociology*, v. 108, n.3, pp. 553-579, 2002.
- GAETANI, FRANCISCO; HEREDIA, Blanca. *La economía política de la reforma del servicio civil en Brasil: los años de Cardoso*. Washington, DC: BID, 2003.
- GEDDES, B. *Politicians dilemma: building State capacity in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- GEREFFI, G.; WYMAN, D. (eds.). *Manufacturing miracles paths of industrialization in Latin America and East Asia*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge, Harvard University Press, 1962.
- GOUREVITCH, P. *Politics in hard times*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v.91, n.3, nov., 1985.
- HAGGARD, S. *Pathways from the periphery*. Ithaca: Cornell University Press, 1990.
- _____. Institutions and growth in East Asia. *Studies in comparative international development*, v. 38, n.4, p. 53-81, 2004.
- HAGGARD, S; KAUFMAN, R. (eds.). *The politics of economic adjustment*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- HALL, P.; SOSKICE, D. *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2001.
- HALL, P.; SOSKICE, D.; TAYLOR, R. Political science and the three new institutionalisms. *Political Studies*, v. XLIV, 1996.
- HAYEK, F. A. *The road of serfdom*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- HELD, D.; MCGREW, A. *Globalization/anti-globalization*. London: Polity, 2002.
- HELD, David. *Democracy and the global order*. Cambridge: The Polity Press, 1995.
- HENISZ, W. J.; ZELNER, B.; GUILLÉN, M. F. The worldwide diffusion of market-oriented infrastructure reform, 1977-1999. *American Sociological Review*, v. 70, n.6, pp. 871-897, 2005.
- HIRSCHMAN, Albert O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.
- _____. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- HOLLINGWORTH, J. R.; SCHMITTER, P.C.; STREECK, W. (eds.). *Governing capitalist economies: performance and control of economic sectors*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- HUBER, E. (ed.). *Models of capitalism: lessons or Latin America*. Pennsylvania: University Park, 2002.
- HUBER, E.; STEPHENS, J. D. *Development and crisis of the welfare State: parties and policies in global markets*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- INGRAM, P.; ROBINSON, J.; BUSCH, M. L. The intergovernmental network of world trade: IGO connectedness, governance, and embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 111, n.3, pp. 824-858, 2005.
- KATZENTSTEIN, Peter J. *Small States in world markets: industrial policy in Europe*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- KAUFMAN, Robert R. A política da reforma do Estado: um exame de abordagens teóricas. *Revista do Serviço Público*, ano 49, n.1, jan/mar, pp. 43-69, 1998.
- KITSCHOLT, H.; LANGE, P.; MARKS, G.; STEPHENS, J. D. *Continuity and change in contemporary capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- KNIGHT, J. Explaining the rise of neoliberalism: mechanisms of institutional change. In: CAMPBELL, J. L.; PEDERSEN, O. K. *The rise of neoliberalism and institutional analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- KRUEGER, A. The political economy of rent-seeking society. *American Economic Review*, v. 64, n.3, 1974.
- KUCZYNSKY, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John. *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- KURT, M. State developmentalism without a developmentalist State: the public foundations of the “free-market miracle” in Chile. *Latin American Politics and Society*, v.43, n. 2, pp. 1-25, 2001.
- LANGE, M.; RUESCHEMEYER, D. (eds.) *States and development: historical antecedents of stagnation and advance*. Palgrave: MacMillan, 2005.
- LEMBRUCH, Gerhard; SCHMITTER, Philippe C. (eds.). *Patterns of corporatist policy-making*. London: Sage Publications, 1982.
- LOWI, Theodore. American business, public policies, case studies and political theory. *World Politics*, v. XVI, n.4, 1964.
- MACHINEA, J.L.; SERRA, N. *Visiones del desarrollo en América Latina*. CEPAL, Naciones Unidas, CIDOB, 2007.
- MAHONEY, J. Path dependency in historical sociology. *Theory and society*, 29 (4), 2000.
- MAINWARING, S.; SHUGART, M. (eds.) *Presidentialism and democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MANN, Michael. Has globalization ended the rise and rise of the Nation-State? In: PAUL, T. V.; HALL, John A. (eds.). *International order and the future of world politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

- MELO, Marcus André. Reforma do Estado e mudança institucional: a agenda de pesquisas nas décadas de 80 e 90. In: *Reforma do Estado e mudança institucional no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, pp. 13-32, 1999.
- MELO, Marcus André; COSTA, Nilton do Rosário. A difusão das reformas neoliberais: análise estratégica, atores e agendas internacionais. In: REIS, E.; FRY, P. *Pluralismo, espaço social e pesquisa*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, pp. 153-176, 1995.
- MENZ, G. Re-regulating the single market: national varieties of capitalism and their responses to europeanization. *Journal of European Public Policy*, v.10, n. 4, pp. 532-555, 2003.
- MEYER, J. W. *et al.* World society and the Nation-State. *American Journal of Sociology*, v.3, n.1, p. 144-181. Academic Search Premier, Business Search Premier, or University of Chicago Press, 1997.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. Economic performance through time. In: BRINTON, M. C.; NEE, V. *The new institutionalism in Sociology*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- _____. *Understanding the process of economic change*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- O'CONNOR, James. *The fiscal crisis of the State*. New York: St Martins Press, 1973.
- OFFE, C. The attribution of public status to interest groups. In: BERGER, S. (ed.). *Organizing interests in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- OLSON, M. *The logic of collective action*. New York: Schoken, 1965.
- _____. *The rise and decline of nations*. New Haven: Yale University Press, 1982.
- _____. A theory of incentives facing political organizations: neo-corporatism and the hegemonic State. *International Political Science Review*, v.7, n.2, 1986.
- OSBORNE, D.; GAEBLER, Ted. *Reinventing government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector from Schoolhouse to Statehouse, city hall to the Pentagon*. Reading, MA: Addison Wesley, 1992.
- PIERSON, P. *Dismantling the welfare State?* Cambridge: Cambridge University Press. 1995.
- _____. *The new politics of the welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- _____. *Politics in time, history, institutions and social analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- POLANYI, K. *The great transformation*. Boston: Beacon Press, 1944.
- PORTES, A. Neoliberalism and the sociology of development: emerging trends and unanticipated facts. *Population and Development Review*, v.23, n.2, pp. 229-259, 1997.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalism and social democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- _____. *Democracy and the market, political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. New York: Cambridge University Press, 1991.
- _____. Reforma do Estado: responsabilidade política e intervenção econômica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 32, pp.18-40, 1996.

- PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando; CHEIBUB, José Antônio; ALVAREZ, Michael. *Democracy and development: political institutions and well-being in the world, 1959-1990*. New York, Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- REZENDE, Flávio da Cunha. As reformas e as transformações no papel do Estado: o Brasil em perspectiva comparada. In: ABRUCIO, F.; LOUREIRO, M. R. (Orgs.). *O Estado numa Era de reformas: os anos FHC*. Brasília, MP, SEGES, Parte 1, pp. 163-207, 2002.
- RHODES, R.A.W. The new public management. *Public Administration*, v.69, n.1, Entire Issue. 1991.
- RUESCHEMEYER, Dietrich; STEPHENS, Evelyne Huber; STEPHENS, John D. *Capitalist development & democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- RUGGIE, J. R. What makes the world hang together? *International Organization*, v.52, pp. 855-887, 1998.
- _____. Reconstituting the global public domain: issues, actors and practices. *European Journal of International Relations*, v.10, n.4, pp. 499-531, 2004.
- SCHARPE, F. *Crisis and choice in European social democracy*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- SCHMITTER, P. C.; LEMBRUCH, G. (eds.). *Trends toward corporatist intermediation*. Beverly Hills, London: Sage Publications, 1979.
- SCHNEIDER, Ben R. El abrazo esquivo: sinergia entre el sector privado y el Estado en los países de industrialización reciente. *Política y Gobierno*, v.2, n.1, 1995.
- _____. *Business politics and the State in twentieth century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- _____. Varieties of semi-articulated capitalism in Latin America. Paper presented at the APSA meeting. Chicago, *Mimeo*, 2004a.
- SCHNEIDER, Ben R.; HEREDIA, B. (eds.). *Reinventing Leviathan: the politics of administrative reform in developing countries*. Miami: North South Center, 2002.
- SCHNEIDER, Ben R.; MAXFIELD S. (eds.). *Business and the State in developing countries*. Ithaca, London: Cornell University Press, 1997.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper and Row, 1950.
- SENGHAAS, D. *The european experience – a historical critique of development theory*. Leamington Spa: Berg Publishers, 1985.
- SHEAHAN, J. *Patterns of development in Latin America: poverty, depression and economic strategy*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- SHONFIELD, A. *Modern capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 1965.
- SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut (orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. São Paulo: Manole, Konrad Adenauer Stiftung, 2005.
- SILVA, Eduardo. *The State and capital in Chile: business elites, technocrats, and market economics*. Boulder, Colorado: Westview, 1996.
- SILVER, B. J.; ARRIGHI, G. Polanyi's "Double movement": the "Belle Époque" of British and U.S. hegemony compared. *Politics & Society*, v.31, n.2, p. 325-355, 2003.

SKOCPOL, T. Bringing the State back in. In: EVANS, P.; RUESCHMEYER, D.; SKOCPOL, T. (eds.). *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SKOCPOL, T.; AMENTA, E. States and social policies. *Annual Review of Sociology*, v.12, 1986.

SMITH, W.; ACUÑA, C.; GAMARRA, E. (eds.). *Latin American political economy in the age of neoliberal reform, theoretical and comparative perspectives for the 1990s*. New Brunswick, London: Transaction Publishers, 1994.

_____. *Democracy, markets, and structural reform in Latin America: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile and México*. New Brunswick, London, North-South Center: University of Miami, 1993.

SOSKICE, D. Divergent production regimes: coordinated and uncoordinated market economies in the 1980's and 1990's. In: KITSCHOLT, H.; LANGE, P.; MARKS, G.; STEPHENS, J. D. *Continuity and change in contemporary capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SPRUYT, H. *The sovereign State and its competitors*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

STIGLER, G. *The citizen and the State*. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

STOKES, Susan. *Mandates and democracy: neoliberalism by surprise in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

STONE, D. The policy research knowledge elite and global policy processes. In: JOSSELIN, D.; WALLACE, W. (eds.). *Non-State actors in world politics*. Houndmills, New York: Palgrave, 2001.

_____. Introduction: global knowledge and advocacy networks. *Global Networks*, v.2, n.1, pp. 1-11, 2002.

TENDLER, Judith. *Good government in the tropics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

THELEN, K.; STEINMO, S. Historical institutionalism in comparative politics. In: STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. (eds.). *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

TILLY, Charles. *Coercion, capital, and European States, A.D.990-1990*. Oxford: Blackwell, 1990.

VÁRIOS AUTORES. Balance de las democracias Latinoamericanas: incertidumbre y procesos de consolidación. *Política*. Santiago de Chile, Instituto de Asuntos Públicos, v. 42, 2004.

VERDERY, K. What was socialism, and why did it fall? In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (eds.). *The anthropology of development and globalization*. Oxford: Blackwell Publishers, 2005.

WADE, Robert. East Asia's economic success: conflicting perspectives, partial insights, shaky evidence. *World Politics*, v.44, jan., pp. 270-320, 1992.

WALLERSTEIN, I. The rise and demise of the capitalist world system. *Comparative Studies in Society and History*, v.16, n.4, pp. 387-415, 1974.

WEYLAND, Kurt. *The politics of market reforms in fragile democracies: Argentina, Brazil, Peru, and Venezuela*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

_____. Neoliberalism and democracy in Latin America: a mixed record. *Latin American Politics and Society*, v.46, n.1, 2004.

WEYLAND, Kurt (ed.). *Learning from foreign models in Latin American policy reform*. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 2004.

WILLIAMSON, J. Democracy and the Washington Consensus. *World Development*, v.21, n.8, 1993.

WILLIAMSON, O. *The economic institutions of capitalism*. New York: The Free Press, 1985.
World Development Report 2006: Equity and Development.

Renato Raul Boschi.

È doutor em Ciência Política pela University of Michigan-Ann Harbor. Atualmente é professor titular da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI/IUPERJ). Contato: <rboschi@iuperj.br>